



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 104

TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	8101
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	8118
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	8124
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	8183
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	8208
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	8208

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIAS DE 29 DE MAIO DE 1992

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO 17.392-4,

R E S O L V E nomear **EDERLÚCIA MENDES DE OLIVEIRA**, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Auxiliar Judiciário, Classe "A", Código STF-AJ-023, Referência NI-24, do Quadro da Secretaria deste Tribunal em vaga decorrente da aposentadoria de Maria do Socorro Amorim.

R E S O L V E nomear **KÁTIA PALATINIK MAGALHÃES SANTOS**, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Auxiliar Judiciário, Classe "A", Código STF-AJ-023, Referência NI-24, do Quadro da Secretaria deste Tribunal em vaga decorrente da exoneração de Lillian Gomes da Silva.

R E S O L V E nomear **SUZANA CORRÊA DE LIMA ULIAN**, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Auxiliar Judiciário, Classe "A", Código STF-AJ-023, Referência NI-24, do Quadro da Secretaria deste Tribunal em vaga decorrente da exoneração de Cláudio Fernando Eira de Aquino.

R E S O L V E nomear **GILDO DIVINO ROCHA LIRA**, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Artífice de Mecânica, Especializado, Código STF-ART-702, Referência NA-13, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, em vaga decorrente da aposentadoria de Luiz Augusto dos Santos.

R E S O L V E nomear **JÚLIO CÉSAR AMORIM**, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Agente de Segurança Judiciária, Classe "A", Código STF-AJ-024, Referência NI-24, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, em vaga decorrente da aposentadoria de Euvaldo Serra.

R E S O L V E nomear **ISABELA DINIZ LEITE DE CASTRO**, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Atendente Judiciário, Classe "A", Código STF-AJ-025, Referência NI-24, do Quadro da Secretaria deste Tribunal em vaga decorrente da aposentadoria de Antônio Fernandes Santana.

R E S O L V E nomear **HAROLDO RODRIGUES COUTO**, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Atendente Judiciário, Classe "A", Código STF-AJ-025, Referência NI-24, do Quadro da Secretaria deste Tribunal em vaga decorrente da aposentadoria de Norberto da Silva.

MINISTRO SYDNEY SANCHES

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ADELSON ALVES DA SILVA	1 0143131-8/040
ADHEMAR IERVOLINO	1 0141889-3/040
AILTON ARANTES VIEIRA	1 0120193-2/210
ALVARO SARTORI FILHO	1 0146252-3/210
AMIR FERREIRA	1 0125523-4/210
ANA TERESA REBOUCAS	1 0141871-1/040
ANGELA MANSOR DE REZENDE	1 0142485-1/040
ANTONIO CARLOS VALENTE	1 0143385-0/040
ANTONIO JOAQUIM FERREIRA CUSTODIO	1 0141921-1/040
ANTONIO RIBEIRO	1 0140457-4/210
ANTONIO ROBERTO SANDOVAL FILHO	1 0143233-1/040
1 0143264-1/040	
ANTONIO SABINO DE OLIVEIRA FILHO	1 0000308-4/400
ARISTIDES GILBERTO LEAO PALUMBO	1 0142485-1/040
ARMANDO CAVINATO FILHO	1 0142224-6/040
1 0143520-8/040	
AUREA TRABULSI CORTAZZO	1 0143485-6/040
1 0118996-7/210	
AUZILIO ANTONIO BOSSO	1 0140776-0/040
BENEDITO DE JESUS MARQUES FAIM	1 0142723-0/040
BRUNO SERGIO DE ARAUJO HARTZ	1 0146338-4/210
CARLOS ALBERTO CHAVES	1 0118151-6/210
CARLOS FREDERICO BARCELLOS GUZZELLI	1 0143372-8/040
CELSO BOTELHO DE MORAES	1 0143284-5/040
CLEMENTINO HUMBERTO CONTRERAS DE ALMEIDA	1 0021378-7/160
DELFIN D.FERNANDEZ FILHO	1 0121130-0/210
DIRCEU FREITAS FILHO	1 0142642-0/040
DIRCEU JOSE SEBEN	1 0143368-0/040
DOMINGO NOVELLI VAZ	1 0146317-1/210
DOMINGOS NOVELLI VAZ	1 0141921-1/040
DULCE SOARES PUNTES LIMA	1 0146281-7/210
EDMUNDO KOICHI TAKAMATSU	1 0146364-3/210
EDUARDO PIESCZYNSKI JUNIOR	1 0142224-6/040
ELCY DE ASSIS	1 0142662-4/040
ELEONORA LUCCHESI MARTINS FERREIRA	1 0116586-3/210
ELOSEU ROQUE	1 0116586-3/210
ELIZARETH JANE ALVES DE LIMA	1 0141169-4/040
1 0146317-1/210	
EPAMINONDAS LUIZ SILVA	1 0143651-4/040

USUÁRIO

A Imprensa Nacional está engajada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, implantado pelo Governo Federal.

Dê sua sugestão para que possamos oferecer-lhe um melhor serviço.

Imprensa Nacional — Divisão Comercial — SIG — Quadra 06, Lote 800
Brasília — DF — CEP: 70604-900

ESTELA L. MONTEIRO SOARES DE CAMARGO 1 0142457-5/040
 EWALDO FIDENCIO DA COSTA 1 0142610-1/040
 FATIMA FERNANDES CATELLANI 1 0141871-1/040
 FRANCISCO DA SILVA VILLELA FILHO 1 0146272-8/210
 FRANCISCO GERALDO SALGADO CESAR 1 0142825-2/040
 1 0143557-7/040
 FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO 1 0142032-4/040
 FREDERICO JOSE STRAUPE 1 0142839-2/040
 GILBERTO CIPULLO 1 0146357-1/210
 GRASIELA MERICE C.C. DE MOURA 1 0117982-1/210
 HERIBALDO MACEDO 1 0143154-7/040
 HOLANDO NDIR TAVELLA 1 0146467-4/210
 HUGO MOSCA 1 0142662-4/040
 ILSON WAJNGARTEN 1 0116586-3/210
 1 0118996-7/210
 INOCENCIO OLIVEIRA CORDEIRO 1 0021178-4/160
 IRACEMA SANTOS RODRIGUES 1 0142407-9/040
 JAYME ALIPIO DE BARROS 1 0021314-1/162
 JOAO BOSCO DANTAS NUNES 1 0128734-9/210
 JOAO GOMES DA SILVA 1 0143139-3/040
 JOAO POTENZA 1 0141671-8/040
 JORGE ADAD 1 0146303-1/210
 JORGE LUIZ SCHNSALL 1 0125523-4/210
 JOSE ANTONIO AVENTA NERI 1 0142873-2/040
 JOSE AUGUSTO PRADO RODRIGUES 1 0142261-1/040
 JOSE CARLOS DE CARVALHO PINTO E SILVA 1 0142064-2/040
 JOSE CARLOS GRACA WAGNER 1 0143688-3/040
 JOSE CARLOS KALIL FILHO 1 0143385-0/040
 JOSE CARLOS PENTEADO MASAGAO 1 0143571-2/040
 JOSE EDUARDO SOARES DE MELO 1 0142240-8/040
 JOSE LEAL REZENDE 1 0141881-8/040
 1 0142261-1/040
 JOSE LUIZ MATTHES 1 0142902-0/040
 JOSE MARIA MARQUES 1 0142590-3/040
 JURANDIR FERNANDES DE SOUSA 1 0021314-1/162
 LAURA FRANCA LEME 1 0140776-0/040
 1 0143528-3/040
 LENIZE DE CAMPOS ALVARENGA 1 0142092-8/040
 LEO KRAKOWIAK 1 0143617-4/040
 LEOPOLDO SANT'ANNA 1 0125523-4/210
 LIDIA BUTKEWITSCH 1 0146409-7/210
 LINDINALVA CUNHA 1 0142880-5/040
 LOURICE DE SOUZA 1 0142825-2/040
 LUIZ ALBERTO BETTIOLO 1 0142753-1/040
 LUIZ CARLOS NOGUEIRA RICALHO 1 0129616-0/210
 MANOEL JOSE DA SILVA 1 0143457-1/040
 MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA 1 0146235-3/210
 1 0146242-6/210 1 0146252-3/210 1 0146262-1/210
 1 0146272-8/210 1 0146281-7/210 1 0146288-4/210
 1 0146303-1/210 1 0146311-2/210 1 0146364-3/210
 1 0146375-9/210 1 0146389-9/210 1 0146456-9/210
 1 0146467-4/210
 MANOEL OSWALDO FLORENCIO BATISTA 1 0131841-4/210
 MANUEL ORESTES PEREIRA MONTEIRO 1 0116586-3/210
 MANUEL OTAVIO RODRIGUES DE SOUZA 1 0128734-9/210
 MARA CHRISTINA FAIWICHOW 1 0143233-1/040
 MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA 1 0146311-2/210
 MARCIA ELENA DE MORAES TORGGLER 1 0141152-0/040

MARCIA MARIA BARRETA FERNANDES 1 0143264-1/040
 MARIA APARECIDA GUZZELLI VINCI 1 0142447-8/040
 MARIA ELISABETH ROLIM 1 0142457-5/040
 1 0142902-0/040
 MARIA ELIZABET MERCALDO COELHO 1 0142064-2/040
 MARIA ELIZABETH ROLIM 1 0142240-8/040
 MARIA HELENA STANISLAU AFFONSO DE ARAUJO 1 0146288-4/210
 MARIA IVEYE PADOVESE 1 0142447-8/040
 1 0143254-3/040 1 0143520-8/040
 MARINALVA REIS GOMES 1 0118151-6/210
 MARIO HENRIQUE CORREA 1 0143457-1/040
 MERCEDES ROCHA FERREIRA 1 0021324-8/160
 MIGUEL FRYSZMAN 1 0142621-7/040
 MIGUEL GRIMALDI CABRAL DE ANDRADE 1 0142092-8/040
 NAYLOR SIMOES DE OLIVEIRA JUNIOR 1 0141989-3/040
 NELSON LOPES DE OLIVEIRA FERREIRA JUNIOR 1 0143284-5/040
 NELSON PIRES BORTOLAI 1 0141881-8/040
 NELSON PRIMO 1 0146235-3/210
 NELSON SANTOS PEIXOTO 1 0141671-8/040
 OLAVO DE PAULA SOUZA 1 0117982-1/210
 OSCAR DINIZ REZENDE 1 0129616-0/210
 OSWALDO CORREA FILHO 1 0143380-9/040
 PATRICIA DE OLIVEIRA GARCIA 1 0143688-3/040
 PAULO AUGUSTO DE CAMPOS TEIXEIRA DA SILVA 1 0142743-4/040
 PAULO ZOCOLI 1 0141817-6/040
 PEDRO LUIZ CORREA OSORIO 1 0146338-4/210
 PETER PEREIRA GYENES 1 0143368-0/040
 PLINIO CHRISTOFORO 1 0146456-9/210
 PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL 1 0142407-9/040
 1 0142610-1/040 1 0142621-7/040 1 0142642-0/040
 1 0142662-4/040 1 0142723-0/040 1 0142733-7/040
 1 0142743-4/040 1 0142753-1/040 1 0143074-5/040
 1 0143131-8/040 1 0143139-3/040 1 0143209-8/040
 1 0143334-5/040 1 0143414-7/040 1 0143571-2/040
 1 0146357-1/210
 RAIMUNDO ARRUDA GOMES DE SA 1 0121639-5/210
 RICARDO GOMES LOURENCO 1 0140676-3/040
 ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS 1 0125523-4/210
 ROBERTO ELIAS CURY 1 0142873-2/040
 1 0142880-5/040
 ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA 1 0143485-6/040
 ROBERTO LUIZ ZANELLA 1 0141817-6/040
 ROBERTO TEIXEIRA 1 0143254-3/040
 RONALDO DE BARROS MONTEIRO 1 0146242-6/210
 RUBEN TOLEDO DAMIAO 1 0142733-7/040
 SAMIR JEREISSATI 1 0131841-4/210
 SAVIO CARAM ZUQUIM 1 0143414-7/040
 SEBASTIAO ALVES DOS REIS JR 1 0143209-8/040
 SEBASTIAO ALVES DOS REIS JUNIOR 1 0143334-5/040
 SEBASTIAO MARTINS 1 0146262-1/210
 SERGIO LUIS DA COSTA PAIVA 1 0143380-9/040
 SERGIO QUINTELA DE MIRANDA 1 0143617-4/040
 SHEYLA MARTINS DE MORAES 1 0141169-4/040
 SIDNEI DE OLIVEIRA LUCAS 1 0146389-9/210
 SIRLEI TOSTA MARQUES 1 0142839-2/040
 SOLANGE GARCIA REIS FREIRE 1 0142032-4/040
 SOLANGE MARIA CORREIA DE SOUZA CAMPOLLO 1 0146409-7/210
 SONIA MARIA DE OLIVEIRA PIRAJA 1 0140676-3/040
 SYLVIO LUCIANO DE CAMPOS FILHO 1 0143557-7/040
 TIAGO CARNEIRO LIMA 1 0142590-3/040
 1 0143074-5/040
 UIRAJARA FERREIRA DINIZ 1 0143528-3/040
 UDO ULMANN 1 0143651-4/040
 VICENTE AUGUSTO JUNGMAN 1 0143154-7/040
 VITO ROLIM DE FREITAS 1 0141152-0/040
 WALBER CARVALHO DE MATOS 1 0121639-5/210
 ZILA APARECIDA PACHARONI 1 0146375-9/210

DISTRIBUICAO

QUINQUAGESIMA SETIMA AUDIENCIA DE DISTRIBUICAO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1992. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI (ART. 37, I, RISTF)

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

AG 0140676-3/040 SP
 RELATOR : MIN. FRANCISCO REZEK
 AGTE. : VIBRASIL INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA
 ADV. : RICARDO GOMES LOURENCO
 AGDO. : ESTADO DE SAO PAULO
 ADV. : SONIA MARIA DE OLIVEIRA PIRAJA E OUTROS
 REDISTRIBUIDO POR SUCESSAO

AG 0140776-0/040 SP
 RELATOR : MIN. FRANCISCO REZEK
 AGTE. : MUNICIPIO DE SAO PAULO
 ADV. : LAURA FRANCA LEME E OUTROS
 AGDO. : JURACI ALVES CARNEIRO E OUTROS
 ADV. : AUZILIO ANTONIO BOSSO
 REDISTRIBUIDO POR SUCESSAO

AG 0141152-0/040 SP
 RELATOR : MIN. FRANCISCO REZEK
 AGTE. : MUNICIPIO DE SAO PAULO
 ADV. : MARCIA ELENA DE MORAES TORGGLER E OUTROS
 AGDO. : BELARMINO BRANCO DE ARAUJO E OUTRO
 ADV. : VITO ROLIM DE FREITAS E OUTROS
 REDISTRIBUIDO POR SUCESSAO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN
 SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF
 Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046
 Telex: (061) 1356
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS
 Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 92.000,00	Cr\$ 23.400,00	Cr\$ 83.600,00	Cr\$ 93.300,00	Cr\$ 147.700,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 39.270,00	Cr\$ 19.470,00	Cr\$ 34.650,00	Cr\$ 39.270,00	Cr\$ 71.280,00
Aéreo	Cr\$ 106.260,00	Cr\$ 52.800,00	Cr\$ 106.260,00	Cr\$ 106.260,00	Cr\$ 192.720,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM
 Telefone: (061) 226-6812
 Horário: 7:30 às 19:00 horas

D E S P A C H O

Dê-se vista dos autos ao recorrente, para que se pronuncie a respeito da petição de fls. 77/89, no prazo de 5 dias.

Publique-se.

Brasília, 27 de maio de 1992.

ALLAN KARDEC CARLOS DIAS

Juiz Convocado

PROCESSO Nº TST-RR-49.404/92.6 - 1ª Região

RECORRENTE : PADARIA E CONFEITARIA MOÇAMBIQUE LTDA

ADVOGADO : DR. SÉRVULO JOSÉ D. FRANCKLIN

RECORRIDA : MARIA RITA MENDES DE ARAÚJO

ADVOGADO : DR. LUIZ ANTÔNIO JEAN TRANJAN

D E S P A C H O

Recurso de Revista interposto pela Empresa às fls. 73/77, inconformada com a r. decisão Regional que deu provimento ao recurso da Reclamante, para admitir a média de gorjetas narradas na inicial.

O recurso, no entanto, não merece ter seguimento por deserto. Isto, porque, quando da interposição do apelo, já se encontrava em vigor a Lei 8.177/91, que, em seu artigo 40, estabeleceu novos limites para o depósito recursal na esfera trabalhista. A complementação de fl. 78, não atende à exigência legal.

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 21 de maio de 1992.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Relator

PROCESSO Nº TST-RR-49.799/92.7 - 5ª Região

RECORRENTE : CONSÓRCIO SUAREZ ARAÚJO FLORENCE II

ADVOGADO : DR. PAULO V. LANDULFO

RECORRIDO : ANTÔNIO OLAVO DE JESUS

ADVOGADO : DR. DAVID BELLAS C. BITTENCOURT

D E S P A C H O

Recurso de Revista interposto pela Empresa às fls. 109/112, inconformada com a r. decisão que rejeitou a preliminar de nulidade por cerceamento de defesa.

O recurso, no entanto, não merece ter seguimento por deserto. Isto, porque, quando da interposição do apelo, já se encontrava em vigor a Lei 8.177/91, que, em seu artigo 40, estabeleceu novos limites para o depósito recursal na esfera trabalhista. A complementação de fl. 114, não atende à exigência legal.

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 21 de maio de 1992.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Relator

PROCESSO Nº TST-RR-50.283/92.9 - 3ª Região

RECORRENTE : CIA. AÇUCAREIRA RIOBRANQUENSE

ADVOGADO : DR. MAURO THIBAU DA SILVA ALMEIDA

RECORRIDO : JOSÉ GERALDO DIAS

ADVOGADO : DR. HELBERT FELÍCIO BONETE

D E S P A C H O

Recurso de Revista interposto pela Empresa-Reclamada, às fls. 54/56, inconformada com a decisão do Egrégio Regional, que negou provimento ao seu Recurso Ordinário.

O recurso, no entanto, não merece ter seguimento, por deserto. Isto, porque, quando da interposição do apelo, já se encontrava em vigor a Lei nº 8.177/91, que, em seu artigo 40, estabeleceu novos limites para o depósito recursal na esfera trabalhista. A complementação de fl. 57 não atende à exigência legal.

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 27 de maio de 1992.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Relator

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 066

- APELAÇÃO Nº 46.568-5 - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Advª Drª Tania Sardinha Nascimento.

APELAÇÃO Nº 46.585-7 - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 29/05/92

919000040-4	AUTOR : ASSOCIACAO DE POUPANCA E EMPRESTIMO POUPLEX REU : PAULO ROBERTO RODRIGUES
919006627-8	RE / 141888 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : GETOFLEX METZELER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
919006791-6	RE / 142024 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : SERVIPREST INFORMATICA LTDA
919006792-4	RE / 141910 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : ENCIBRA S/A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA
919006795-9	RE / 142034 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA
919006800-9	RE / 141944 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : CAPITAL CONSTRUCOES E DRAGAGENS LTDA
919006817-3	RE / 141996 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : ZARWAL-EXPORTACAO E COMERCIO LTDA
919006828-9	RE / 141986 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : BAREFAME INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA
919006829-7	RE / 142231 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : PETERCO ILUMINACAO E ELETRICIDADE LTDA
919006850-5	RE / 141923 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : A D FILHOS COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA
919006879-3	RE / 141919 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : LUWA INSTALACOES TERMODINAMICAS LTDA
919007038-0	RE / 141980 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : ZULBER EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
919007046-1	RE / 142216 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : BIC INDUSTRIA ESFEROGRAFICA NACIONAL
919007050-0	RE / 141961 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : EUROSERVICOS ADMINISTRACAO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA
919007060-7	RE / 142042 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : DELTA EMPREGOS LTDA
919007101-8	RE / 141977 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : WEMA AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA
919007105-0	RE / 142225 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : ELEBRA INFORMATICA LTDA
919007123-9	RE / 142260 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : CIA LECO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS
919007184-0	RE / 142229 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : PROTOCOLO COMPUTADORES LTDA
919007225-1	RE / 141925 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : TRANSPORTADORA TIBIRICA LTDA

O octiduo legal para interposição do agravo teve início, por tanto, em 21/10/91 (segunda-feira) e expirou em 28/10/91 (segunda-feira).

Todavia, o agravo somente foi interposto em 29/10/91 (fls. 02), quando o prazo legal já havia expirado.

Intempestivo, pois, o apelo, eis que apresentado fora do prazo previsto no art. 897, § 1º, da CLT.

Com base no § 5º, do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, por intempestivo.

Publique-se.

Brasília, 20 de maio de 1992.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL

Relator

AI-46194/92.6

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A

Adva. Dra. Maria de Fátima Rabelo Jácomo

Agravado: EDSON CÂNDIDO CHAVES

18ª Região

DESPACHO

Obstaculizada a subida de sua revista, interposta contra acórdão proferido em agravo de petição, agrava de instrumento o reclamado (fls. 2/5). Advoga que a matéria alusiva à aplicabilidade do Decreto-lei 2322/87, relativo aos juros capitalizados, seria de pura índole constitucional. Transcreve jurisprudência deste Tribunal.

Preliminarmente, falta ao traslado a cópia do acórdão recorrido. Tratando-se de peça essencial, com supedâneo no Enunciado nº 272, e no art. 896, § 5º, da CLT, nego seguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 18 de maio de 1992.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL

Relator

TST-AI-46421/92.7

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravantes: DOLORES ALBINO DE SOUZA E OUTROS

Advogada: Dra. Maria Inês Camara de Araújo

Agravado: COLÉGIO PEDRO II

Procuradora: Dra. Jonizete Amorim Vasconcelos

1ª Região

DESPACHO

A decisão regional entendeu, no exame das provas, que a supressão da gratificação questionada se deu quando da implantação do plano de cargos, com melhoria considerável, nas quais se incorporaram as vantagens até então existentes. A prova conduziu pois a duas premissas anulatórias do que foi postulado: as melhorias foram consideráveis e se incorporaram ao novo plano todas as demais vantagens.

Nos embargos declaratórios afirmou o Tribunal que não concluiria que o Plano de Cargos poderia ou não suprimir a gratificação, afastando assim eventuais violações e que a gratificação foi paga por período inferior a dois anos, não se integrando, pois, ao salário, como previsto no Enunciado nº 207, do Supremo Tribunal Federal.

O despacho de admissibilidade considerou que a matéria era interpretativa embora afirmando que ele incorporará mercê das vantagens advindas do Plano de Classificação ao total dos novos salários.

A divergência apontada, segundo o despacho, não servia aos seus fins, porque não abarcava a teoria aludida, especificamente. Aplicáveis, pois, os Enunciados nºs 23, 296 e 221, desta Corte, muito embora pretenda o agravo que haja ofensa direta ao art. 9º, 4579 e 468, Lei 7333/85 e Constituição da República art. 5º, XXXV e 7º, VI. Verifica-se do rol que nenhuma violação frontal e direta à Constituição ou às leis emendadas se verificou porque a questão ou é fática ou interpretativa e a literalidade da violação só ocorre dentro da equação jurídica que o interessado procurou armar. Não há violação à irredutibilidade salarial porque a prova conduziu à existência de melhoria salarial e violação ao direito adquirido é de interpretatividade evidente, pois não se comprovou prejuízo.

Não há pois como prover o agravo, eis que não se comprovou violação literal de lei, muito menos violação constitucional, ante a interpretatividade da questão, a falta de divergência e a faticidade da matéria.

Com base nos Enunciados citados, nego seguimento ao presente apelo, nos termos do § 5º, do artigo 896, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 07 de maio de 1992.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL

Relator

PROC. Nº TST-RR-32386/91.6

Recorrente: EMPRESA DE JORNAIS CALDERARO LTDA

Advogado : Dr. Oldeney Bagnerio F. de Carvalho

Recorrido : SEBASTIÃO COLARES ASSANTE

Advogado : Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos

TRT : 11ª Região

DESPACHO

Defiro os pedidos de vista dos autos aos doutos patronos do recorrente e recorrido, sucessivamente, nos termos do artigo 40, inciso II, do CPC, conforme requerido às fls. 261 e 263.

Publique-se.

Brasília, 25 de maio de 1992.

ALLAN KARDEC CARLOS DIAS

Juiz Convocado

TST-RR-36334/91.4

RECURSO DE REVISTA

Recorrente: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-FIDEM

Advogado: Dr. Joaquim Naziano do Rego Barreto

Recorrido: JOSÉ PAES CABRAL

Advogado: Dr. Germano Sandres Dias

6ª Região

DESPACHO

Manifeste-se a Empresa recorrente sobre a desistência de fls. 85 (TST-P-06401/92.1), no prazo de 15 dias.

Publique-se.

Apos, voltem-me conclusos.

Brasília, 21 de maio de 1992.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL

Relator

PROC. Nº TST-RR-37447/91.1

Recorrente: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

Advogado : Dr. José Torres das Neves

Recorrido : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A

Advogado : Dr. José Alberto Couto Maciel

TRT : 2ª Região

DESPACHO

Entendeu o egrégio TRT da Segunda Região que o Sindicato-autor é carecedor de ação, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 267, VI, c/c o art. 6º, ambos do CPC, considerando a ilegitimidade ad causam ativa do Sindicato para atuar no feito como substituto processual (fls. 798/801).

Insurge-se o Sindicato contra essa decisão (fls. 802/816), apontando ofensa ao inciso III do art. 8º da Constituição Federal e, ainda, oferecendo arestos pretensamente divergentes.

O apelo não merece prosperar.

A alegada ofensa ao texto constitucional não foi objeto de pronunciamento pelo TRT, atraindo a incidência do Enunciado 297 do TST.

Os arestos elencados são inservíveis ao fim colimado, senão vejamos: o primeiro de fls. 811 e o terceiro de fls. 813 são oriundos de Turma do TST; o segundo de fls. 814 atrela a incidência do Verbete 38; os dois últimos de fls. 815 foram lavrados quando em vigor a Constituição anterior; finalmente, o segundo de fls. 812 e o primeiro e o segundo de fls. 813 atraem a incidência do Enunciado 23, pois não abrangem todos os fundamentos expendidos no acórdão recorrido.

Sendo assim, fazendo uso da faculdade do § 5º do art. 896 da CLT e do § 1º do art. 63 do Regimento Interno, nego seguimento ao recurso de revista interposto.

Publique-se.

Brasília, 27 de maio de 1992.

ALLAN KARDEC CARLOS DIAS

Juiz Convocado

PROC. Nº TST-RR-38.845/91.4

Recorrente: MANOEL LINCOLN VASCONCELOS

Advogada : Drª Sandra Helena Oliveira Barros

Recorrida : PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Advogado : Dr. Mansueto Holanda Cavalcante

TRT : 7ª Região

DESPACHO

O egrégio TRT da 7ª Região não conheceu do recurso ordinário do reclamante, sob a seguinte fundamentação, in verbis:

"O valor dado à causa pela Reclamante, na data do ajuizamento da ação (05.ABR.88), foi inferior, na época, a 2 (dois) salários mínimos regionais, conforme emerge dos autos. Em se tratando, pois, de dissídio de alçada, incabível qualquer recurso, inclusive o de ofício, salvo se abrangerem, de forma principal e não apenas incidental, como in casu, matéria constitucional (art. 2º, §§ L.5584/70)" (fls. 64).

Insurge-se o reclamante contra essa decisão (fls. 66/69), apontando ofensa ao art. 5º, inciso LV, da Carta Magna e, ainda, oferecendo aresto pretensamente divergente.

O único aresto trazido a cotejo enfrenta questão não abordada no acórdão regional, qual seja, a incompatibilidade da Lei 5584/70 com a Carta Magna em vigor, além de se tratar de decisão proferida em Agravo de Instrumento e não ser decisão de mérito.

Sendo assim, a revista encontra óbice intransponível nos Verbetes 296 e 297, motivo pelo qual, fazendo uso da faculdade da alínea "a" do art. 896 da CLT e do § 1º do art. 63 do Regimento Interno, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 27 de maio de 1992.

ALLAN KARDEC CARLOS DIAS

Juiz Convocado

PROC. Nº TST-RR-43516/92.7

Recorrente: CIA. REAL BRASILEIRA DE SEGUROS

Advogado : Dr. Nélcio Carvalhal Júnior

Recorrido : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Advogado : Dr. José Torres das Neves

TRT : 1ª Região